Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ nº 29.894.663/0001-89 - (anteriormente denominada True Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros)

Relatório da Administração

Cenário Atual: A **Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros** é uma sociedade anônima, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo - SP. A Companhia tem como principais atividades: (i) a aquisição e securitização de créditos exclusivamente oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias; (ii) emissão e colocação privada, junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliários compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de crédito supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos da sua carteira de créditos. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia, no exercício de 2019, contratou a KPMG Auditores Independentes somente para a prestação de serviços de revisão das informações trimestrais e auditoria das demonstrações contábeis anuais, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço a Companhia. A Companhia informa que monitora a propagação do COVID-19 e que até o momento não foi impactada sendo que possui infraestrutura tecnológica necessária para manter as suas atividades de maneira remota. **Comentário do Desempenho (valores em milhares de reais):** Apresentamos para apreciação de V.Sas, as demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2020 com os dados comparativos de exercício social anterior bem como Nota Explicativa Complementar Número 22 com Informações Complementares à Emissão das Debêntures e seus Ativos Vinculados. Tendo em vista que a Companhia emitiu debêntures, sem qualquer forma de coobrigação e os riscos e benefícios da integralidade dos fluxos de caixa produzidos pelos recebíveis de crédito são transferidos aos investidores. Ficamos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Conforme estatuto da companhia, será distribuído como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76. O saldo remanescente, depois de atendidas as exigências legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. Por conta da estrutura das operações da Companhia, não houve realização de lucros no exercício e, portanto, não há dividendos a serem distribuídos referentes ao ano de 2020. Apresentamos para apreciação de V.Sas., as informações financeiras desta Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 com os dados comparativos de exercício social anterior. Ficamos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, 31 de março de 2021

A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais - R$)*

ATIVO	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante		**49.839**	**10.155**
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	2
Aplicações de recursos de terceiros	5	49.771	10.148
Tributos a compensar	6	68	5
Total do ativo		**49.839**	**10.155**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante		**49.837**	**10.153**
Obrigações por repasses de recursos de terceiros		**47.313**	**9.815**
Obrigações por repasses de recursos de terceiros	7	47.313	9.815
Outras Obrigações		**2.524**	**338**
Fornecedores	8	2.508	324
Obrigações fiscais	9	16	14
Total do passivo circulante		**49.837**	**10.153**
Passivo não circulante		**-**	**7**
Outras Obrigações		**-**	**7**
Adiantamentos para futuro aumento de capital	10	-	7
Patrimônio Líquido		**2**	**(5)**
Capital social	7.1	17	10
Reserva de lucros		(15)	(15)
Total do passivo e do patrimônio líquido		**49.839**	**10.155**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais - R$)*

	Notas	De 01/01/2020 a 31/12/2020	De 01/01/2019 a 31/12/2019
Receitas Operacionais		**965**	**147**
		-	-
Receita de securitização	12	1.559	212
(-) Custos associados às receitas de securitização		(594)	(65)
Resultado operacional líquido de securitização		**965**	**147**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas		(805)	(135)
Despesas de comercialização		-	-
Despesas tributárias	17	(123)	(11)
Outras receitas (despesas) operacionais		1	(1)
Total de (despesas) receitas operacionais		**(927)**	**(147)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**38**	**-**
Resultado financeiro			
Receitas Financeiras		355	35
Despesas Financeiras		(393)	(35)
Resultado financeiro líquido		**(38)**	**-**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**-**	**-**
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-	-
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		**-**	**-**
Quantidade de ações (em Reais R$ 1)	7.1	10.000	10.000
Prejuízo básico por ação - R$		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais - R$)*

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas	**1.559**	**212**
Receita dos recebíveis adquiridos	1.559	212
Insumos adquiridos de terceiros	**(1.398)**	**(201)**
Custo dos serviços prestados	(594)	(65)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(804)	(136)
Valor adicionado bruto	**161**	**11**
Valor adicionado líquido produzido	**161**	**11**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida	355	35
Valor adicionado a distribuir	**516**	**46**
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	516	46
Juros pagos a debênturistas	-	-
Resultado retido (prejuízo no período)	-	-
Valor adicionado distribuído	**516**	**46**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais - R$)*

	De 01/01/2020 a 31/12/2020	De 01/01/2019 a 31/12/2019
Lucro líquido do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais - R$)*

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2019		10	(15)	(5)
Resultado do exercício		-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**10**	**(15)**	**(5)**
Integralização de capital social		7	-	7
Resultado do exercício		-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**17**	**(15)**	**2**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais - R$)*

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	-	-
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação/amortização	-	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Aplicações de recursos de terceiros	(49.771)	(10.148)
Tributos a compensar	(68)	(5)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	2.508	324
Obrigações fiscais	16	14
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**(47.315)**	**(9.815)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Capital Integralizado no período	-	-
Obrigações por repasses de terceiros	47.313	9.815
Adiantamentos recebidos para futuro aumento de capital	-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**47.313**	**9.815**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(2)**	**-**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	2
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	-	2
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(2)**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras *(Valores expressos em milhares de reais exceto quando de outra forma indicado)*

1. Informações gerais e contexto operacional: A Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia"), foi constituída em 19 de janeiro de 2018 e alterou a razão social em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de junho de 2019, e é uma sociedade anônima, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo - SP. Suas acionistas são True One Participações S.A. e Cadência Participações Ltda. A Companhia tem como principais atividades: (i) a aquisição e securitização de créditos exclusivamente oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias; (ii) emissão e colocação privada, junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliários compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de crédito supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos da sua carteira de créditos. A Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros tem como objetivo a emissão de instrumento de dívida (debentures) no mercado primário. Essa emissão foi estruturada com lastro em créditos consignados de aposentados públicos do INSS. Em 18 de outubro de 2019, em AGE os acionistas deliberaram pela aprovação da realização da Emissão e da Oferta Restrita de debêntures, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, com valor total de R$ 1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), em 3 (três) séries, em montantes já delimitados, com garantia real da totalidade dos direitos creditórios e quaisquer outros valores a que a Companhia faça jus, nos termos da escritura. Em face da securitização em regime fiduciário, na essência e na forma, sem quaisquer retenções de riscos e benefícios sobre os recebíveis de crédito objeto de garantia real constituídas em favor das debêntures emitidas, a Companhia tendo retido somente os direitos contratuais sobre o recebimento do ativo original, concomitantemente à obrigação assumida do pagamento dos respectivos fluxos de caixa aos debenturistas, procedeu com o desreconhecimento do ativo financeiro vinculado ao passivo da emissão, oferecendo informações complementares às demonstrações financeiras na nota nº 22.

2. Bases de preparação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) vigentes na data base. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e sua emissão foi autorizada em 31 de março de 2021. **2.2. Bases de apresentação:** ***2.2.1. Bases de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas demonstrações financeiras, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência. ***2.2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:*** A moeda funcional é o Real. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de reais mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. ***2.2.3. Uso de estimativas:*** A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas respectivamente.

3. Principais práticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa, saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação, principalmente em aplicações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário (CDBs). As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado. **3.2. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.3. Provisões, ativos e passivos contingentes:** A Administração, ao elaborar suas demonstrações financeiras, efetua a distinção entre: • Provisões que podem ser definidas como saldos credores que cobrem obrigações presentes legais ou presumidas na data do balanço patrimonial, decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para a entidade cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos; • Passivos contingentes são possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Companhia. Incluem as obrigações presentes da entidade, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação; • Ativos contingentes são ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de eventos além do controle da Companhia. Não são reconhecidos no balanço patrimonial e nem na demonstração do resultado, mas são divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja praticamente certo que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos. As demonstrações financeiras da Companhia incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere que seja grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada, ou seja, que apresente perda provável. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes, ou seja, que apresentem perda possível não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgadas em notas explicativas. **3.4. Instrumentos financeiros:** ***3.4.1. Ativos financeiros não derivativos:*** A Companhia tem ativos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado, composto, basicamente, de aplicações financeiras de liquidez e rentabilidade diárias, portanto, encontram-se pelo seu valor justo na data do balanço. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: (i) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e (ii) ao custo amortizado. A Companhia baixa um ativo financeiro quando tem seus direitos contratuais retirados, cancelados ou vencidos. ***Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):*** De acordo com CPC48 e em conformidade com o IRFS 9, o ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado pela Companhia, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças desses ativos são reconhecidas no resultado dos períodos. ***Ativos financeiros registrados ao custo amortizado****:* São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. ***Ativos financeiros desreconhecidos****:* A Companhia deixa de reconhecer ativos financeiros quando estes reúnem as três condições previstas no item 3.2.5 do CPC 48, que são: **a.** Quando a Companhia não tem obrigação de pagar valores a eventuais recebedores, exceto aqueles que forem decorrentes do recebimento do ativo original a eles vinculados. **b.** Quando à Companhia é vedada de vender ou oferecer em garantia o ativo original que se encontra em garantia real da emissão do passivo subjacente, exceto aos próprios detentores dos direitos aos quais há a obrigação de lhes pagar fluxos de caixa. **c.** Quando a Companhia tem obrigação de remeter quaisquer fluxos de caixa que cobrar, nas datas estipuladas de amortização e/ou pagamento de juros, sendo que durante o período em que o fluxo de caixa se tornar positivo, quaisquer excedentes devem ser direcionados a uma conta pré-determinada, desde a data do seu recebimento até a data da efetiva remessa aos credores, conforme calendário de amortizações, não se responsabilizando a Companhia pelos investimentos e nem por sua rentabilidade, sendo que os juros auferidos sobre estes investimentos temporários compõe o montante de recursos a serem repassados aos credores. ***3.4.2. Passivo Financeiros e instrumentos de capital:*** Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo; • Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável; • Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: • O valor da provisão para perdas; e • O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios da IFRS 15; • Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: • O valor da provisão para perdas; e • O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida; Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", Contratos de Garantia" e "Compromissos de conceder empréstimos", os quais mensurados conforme mencionado anteriormente. Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares). Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado. **3.5. Reconhecimento de receitas:** As receitas, quando apresentadas, são reconhecidas pelo regime de competência. **3.6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real e é constituída à alíquota de 15% para o imposto de renda, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. **3.7. Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado dividindo-se o lucro/prejuízo do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período. Não existe diferença entre o lucro por ação básico e o diluído. **3.8. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **3.9. Demonstração do valor adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.10. Novas normas, alterações e interpretações

Data Efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2020	Definição de Negócio (alteração ao CPC 15/IFRS 3)
	Definição de Materialidade (alterações ao CPC 26/IAS e CPC 23/IAS 8)
	Reforma da taxa de juros de referência (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7)
1º de junho de 2020	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2020.

4. Caixa e equivalentes de caixa: Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e 2019, o caixa e equivalentes de caixa, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens do balanço patrimonial, sendo instrumentos de liquidez disponíveis a qualquer tempo, como demonstrado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e Valores Mobiliários	-	2
Total	**-**	**2**

5. Aplicações financeiras de recursos de terceiros: A Companhia possui recursos de terceiros provenientes de fluxos de caixa recebidos em operações de securitização, os quais são utilizados conforme a Ordem de Aplicação de Recursos conforme previsto na cláusula 5.6 da escritura de emissão de debêntures, que deve ser permanentemente obedecida pela emissora e pelos debenturistas. Em 31 de dezembro de 2020, os recursos excedentes estavam assim aplicados:

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos	**-**	**641**
Títulos e valores Mobiliários	**49.771**	**9.505**
CDB - Certificados de Depósito Bancário	4.898	502
Fundo Soberano FICFI (i)	44.873	9.007
Total	**49.771**	**10.148**

(i) Fundo Itau Soberano RF Simples LP FICFI, é um fundo classificado como fundo de renda fixa simples administrado pelo Banco Itau Unibanco S.A., no qual a Companhia detém 189.112,08840 quotas, com disponibilidade imediata de resgate, utilizado para aplicação de recursos excedentes que serão utilizados para novas aquisições de recebíveis.

6. Tributos a compensar: A Companhia incorreu em retenção de tributos federais quando do resgate de aplicações financeiras, sendo estes passíveis de compensação com outros impostos federais, no montante de R$ 68 (em 2019, R$ 5).

7. Obrigações por repasses de recursos de terceiros: Uma vez cumprida a destinação dos recursos provenientes da emissão, os fluxos de caixa provenientes do recebimento dos recebíveis de crédito a ela vinculados, seguem a Ordem de Aplicação de Recursos na forma da cláusula 5.6 da escritura de emissão de debêntures, que deve ser permanentemente obedecida pela emissora e pelos debenturistas. Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações por repasses de recursos de terceiros totalizavam R$ 47.313 (em 2019, R$ 9.815).

8. Fornecedores: Refere-se a provisões constituídas para pagamento de serviços contratados de terceiros, no montante de R$ 2.508 (em 2019, R$ 324).

9. Obrigações fiscais: Refere-se a valores de impostos retidos a recolher, no montante de R$ 4 (em 2019, R$ 3), e contribuições ao PIS e à COFINS próprios a pagar, calculados sobre a receita de securitização, no montante de R$ 12 (em 2019, R$ 11).

10. Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC: Referia-se, ao final do exercício anterior, a recursos aportados pelos acionistas para aumento de capital futuro, tendo sido subscrito em AGE no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

11. Obrigações com partes relacionadas: A Administração considera como partes relacionadas quaisquer pessoas jurídicas vinculadas aos sócios e ao pessoal chave da administração, além destes na pessoa física. Em relação às operações com partes relacionadas, podemos destacar que no decorrer do exercício de 2019 a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Prestação de Serviços de Securitização de Recebíveis Financeiros, sendo que a True One elaborou o fluxo financeiro da operação com custos operacionais e datas de vencimento do lastro e das debêntures, elaborou, revisou e analisou os instrumentos contratuais necessários para estruturação da operação, efetuou os cálculos bem como efetuou todo o acompanhamento dos pagamentos e monitoramento da operação. Por conta deste contrato, a Companhia reconheceu como despesas operacionais o montante de R$ 185 no exercício 2020. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia converteu os recursos recebidos no ano anterior, na forma de adiantamentos para futuro aumento de capital oriundos de seu controlador, em aumento de capital social no montante de R$ 7, eliminando este saldo do passivo da companhia existente em 31 de dezembro de 2019.

12. Remuneração dos administradores: Não houve remuneração a administradores no curso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

13. Patrimônio líquido: 13.1. Capital social: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 17 (em 2019, R$ 10), dividido em 17.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Durante o exercício a Companhia deliberou pela conversão do adiantamento para futuro aumento de capital em capital social integralizado, no montante de R$ 7. **13.2. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Sociedades por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Ao final do exercício, em decorrência de não apresentar resultado, não houve destinação de dividendos.

14. Imposto de renda e contribuição social - Créditos Tributários: A Companhia possui créditos tributários de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social no montante de R$ 4 (em 2019, R$ 4), não reconhecidos em seus ativos em 31 de dezembro de 2020.

15. Resultado operacional líquido de securitização: As receitas são formadas pelo montante de recursos oriundos da operação de securitização, necessários à cobertura dos custos operacionais da Companhia, no montante de R$ 1.559 (em 2019, R$ 212). Os custos diretamente ligados à operação de securitização, são assim demonstrados:

	De 01/01/2020 a 31/12/2020	De 01/01/2019 a 31/12/2019
Agente fiduciário	(114)	(27)
Taxas CVM e de registro	(20)	(36)
Custo de registro CETIP	(356)	(1)
Serviços de terceiros	(104)	(1)
Total	**(593)**	**(65)**

O aumento de custos verificado entre os anos de 2019 e 2020 decorre do aumento na média de operações realizadas em 2020, considerando que a atividade de aquisição de créditos para securitização iniciou-se em novembro de 2019, incorrendo, portanto apenas 2 meses de custos de atividade no ano anterior, quando comparado com os 12 meses do ano atual.

16. Despesas administrativas

	De 01/01/2020 a 31/12/2020	De 01/01/2019 a 31/12/2019
Publicações legais	(70)	(19)
Serviços de consultoria	(527)	(23)
Auditoria externa	(207)	(83)
Outras despesas administrativas	(1)	(10)
Total	**(805)**	**(135)**

Assim como explicado na nota 15, verificou-se, também, aumento nos custos administrativos na comparação do ano de 2020 com o exercício anterior. Tal incremento decorreu, da mesma forma, pela média no volume de operações realizadas em 2020, em face da atividade ter se iniciado em novembro de 2019.

17. Despesas tributárias: Referem-se às contribuições para o PIS e a COFINS, no montante de R$ 117 (em 2019, R$ 11) e outros impostos e contribuições no montante de R$ 6 (em 2019, R$ 0).

18. Resultado financeiro: Constituído pelas receitas financeiras de juros e atualização monetária decorrente da aplicação financeira dos recursos descritos na nota 5, no montante de R$ 594 (em 2019, R$ 65), deduzidos dos custos de IOF pelo resgate destes operações, não compensáveis, no montante de R$ 239 (em 2019, R$ 30), totalizando uma receita financeira de R$ 355 (em 2019, R$ 35). A despesa financeira no montante R$ 632 (em 2019, R$ 35) é composta pela atualização do passivo financeiro de "obrigações por repasses de recursos de terceiros", descrito na nota 7.

19. Resultado por ação

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado do exercício atribuível aos acionistas	-	-
Quantidade ações ordinárias	10.000	10.000
Resultado por ação - em reais	**-**	**-**

20. Instrumentos financeiros: Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores de mercado:** ***Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:*** Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são aplicações financeiras automáticas em conta corrente que são títulos de renda fixa administrados por banco de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco. Esses instrumentos são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Na mensuração subsequente são classificados na mesma categoria. Por se tratar de um instrumento com liquidez diária e resgate imediato e automático é garantido na taxa pactuada na aplicação, e os saldos refletem o seu valor justo na data da avaliação.

21. Gerenciamento de riscos: Visão geral: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis. Especificamente quanto às aplicações, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco de crédito. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura das obrigações assumidas na hipótese de descasamento de fluxo financeiro. As debêntures emitidas, em regime fiduciário, com garantia real dos recebíveis de crédito e com integral transferência de riscos e benefícios, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizem a aquisição de recebíveis de créditos financeiros (notas explicativa n° 5 e n° 8). As condições estabelecidas para resgate dos títulos são definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que lhes são vinculadas, gerando compatibilidade entre ativos e passivos. A captação de debêntures não se concretizará se não existirem oportunidades de aquisição de recebíveis em condições adequadas à garantia dos recursos captados. **Hierarquia de valor justo:** Existem 3 diferentes níveis hierárquicos, conforme segue: • **Nível 1 -** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2 -** Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3 -** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). A Companhia classifica seus instrumentos financeiros como nível 2.

Natureza	Classificação	Hierarquia	31/12/2020 Valor contábil	31/12/2020 Valor justo	31/12/2019 Valor contábil	31/12/2019 Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	Nível 1	-	-	2	2
Aplicações de recursos de terceiros	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	Nível 1	49.771	49.771	10.148	10.148
			49.771	**2**	**10.150**	**10.150**
Passivo						
Obrigações por repasses de recursos de terceiros	Passivos financeiros mensurados ao valor justo	Nivel 1	47.313	47.313	9.815	9.815
Fornecedores e obrigações fiscais	Custo amortizado	Nível 2	2.524	2.524	338	338
Outras obrigações	Custo Amortizado	Nível 2	-	-	7	7
			49.837	**49.837**	**7**	**7**

Estrutura do gerenciamento do risco: A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Em linhas gerais, podem ser identificadas seis etapas a serem observadas na contratação de novas operações, sendo elas: (1ª) prospecção de negócios; (2ª) análise da proposta; (3ª) avaliação risco de crédito; (4ª) negociação das condições comerciais; (5ª) identificação da disponibilidade de recursos a captar em debêntures; e, tendo sido atendidas todas as condições; e (6ª) a efetivação do negócio. Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **a. Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas acompanhadas mensalmente para direcionar estratégias para operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado pela compatibilidade entre as debêntures emitidas e os recebíveis de crédito que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado. **b. Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições com adequada classificação de risco. **c. Risco de liquidez** - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez. **d. Pré-pagamentos** - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição inserida nos títulos emitidos que lhe permite alocar os resultados, positivos ou negativos, nas debêntures da Terceira Série, por sua característica participativa nos resultados. **e. Risco operacional** - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses defeitos, a Companhia estabeleceu rotinas redundantes de verificação, realizadas por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou, em todos os processos críticos até que os seus sistemas de contratação, registro, evolução e acompanhamento das carteiras de recebíveis adquiridas e debêntures a eles vinculadas, assim como o sistema integrado de controle interno, estejam plenamente ativos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotados procedimentos que visam à efetiva proteção desses ambientes a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação de dados e informações. **Gestão do capital:** A política da Administração considera a manutenção da base de capital necessária para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. ***Análise de sensibilidade:*** Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia registra não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações contábeis. Nesse sentido, os instrumentos financeiros representados pelas debêntures emitidas e pelos contratos de recebíveis adquiridos para a formação do lastro vinculado, estão sujeitos a condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de quaisquer cenários econômicos aos quais a Companhia possa estar exposta. Essa condição é reforçada por serem instrumentos financeiros cuja negociação é vedada, por estarem vinculados entre si, sem o envolvimento do patrimônio comum da securitizadora, tal como mencionado nas notas explicativas nº 5 e nº 8. Por sua vez, no que se refere às aplicações no Fundo Soberano, no qual está aplicada a liquidez da Companhia, a análise de sensibilidade considera muito baixo o nível de risco associado ao desempenho do fundo decorrente de eventuais alterações nos cenários econômicos.

22. Informações complementares à emissão de debêntures e seus ativos vinculados: As informações contidas nessa nota explicativa foram preparadas de forma voluntária pela administração, objetivando apenas fornecer dados do patrimônio em separado sob gestão da securitizadora, a sua divulgação não é requerida pela legislação vigente. Todos os saldos apresentados nessa nota não foram submetidos aos procedimentos de revisão do auditor independente, que portanto, não opina sobre esses dados. Conforme descrito na nota 1, a Companhia emitiu debêntures em regime fiduciário, transferindo aos investidores, sem qualquer forma de coobrigação, os riscos e benefícios da integralidade dos fluxos de caixa produzidos pelos recebíveis de crédito adquiridos para este fim, os quais constituem a garantia real da emissão. À luz das normas a respeito de instrumentos financeiros, introduzidas pelo CPC 48, a operação atende às 3 (três) condições para o desreconhecimento dos ativos e dos passivos financeiros vinculados à emissão, conforme critério descrito na nota 3.4.1: (i) A Companhia não tem obrigação de pagar valores a eventuais recebedores, exceto aqueles que forem decorrentes do recebimento do ativo original a eles vinculados, conforme definido na escritura de debêntures (cláusula 5.6.3 - pagamento condicionado) (ii) Pelos termos da escritura das debêntures, é vedada à Companhia a venda do ativo original que se encontra em garantia real da emissão, ou sua oferta em garantia de qualquer operação, (cláusula 5.15), exceto aos próprios debenturistas pela obrigação de lhes pagar fluxos de caixa. (iii) A Companhia tem obrigação de remeter quaisquer fluxos de caixa que cobrar, nas datas estipuladas de amortização e/ou pagamento de juros, sendo que durante o período em que o fluxo de caixa se tornar positivo, quaisquer excedentes devem ser direcionados a uma aplicação financeira determinada previamente na escritura de debêntures (cláusula 4.5.3), desde a data do seu recebimento até a data da efetiva remessa aos debenturistas, conforme calendário de amortizações, não se responsabilizando a Companhia pelos investimentos e nem por sua rentabilidade (cláusula 4.5.3.3). Os juros auferidos sobre estes investimentos temporários compõe o montante de recursos a serem repassados aos debenturistas. A despeito do desreconhecimento dos ativos e passivos financeiros vinculados à referida emissão de debêntures, e dos resultados a estes associados, a Companhia optou por manter registros contábeis independentes das suas demonstrações financeiras, de modo a permitir ao debenturista acompanhar a evolução dos seus direitos e obrigações assumidos à luz da escritura de emissão de debêntures, os quais apresentam-se da seguinte forma: **22.1. Ativos e Passivos fiduciários**

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo fiduciário	**997.018**	**185.901**
Aplicações financeiras	47.313	9.814
Recebíveis de crédito adquiridos	928.712	175.908
Recebíveis de crédito	930.740	175.908
(-) Provisão para devedores duvidosos	(2.028)	-
Outros ativos	993	179
Total do ativo	**977.018**	**185.901**

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo fiduciário	**977.018**	**185.901**
Obrigações por debêntures emitidas	**974.095**	**184.316**
Obrigações por emissão de debêntures	986.162	186.759
(-) Custos da transação	(12.067)	(2.443)
Outras Obrigações	**2.923**	**1.585**
Valores recebidos antecipadamente	2.923	1.585
Total do passivo vinculado	**977.018**	**185.901**

22.2. Receitas e custos fiduciários

	De 01/01/2020 a 31/12/2020	De 01/01/2019 a 31/12/2019
Receitas dos créditos adquiridos	**71.183**	**1.194**
Receita de créditos vinculados adquiridos	70.589	1.194
Receita de aplicações financeiras	594	-
Custos de captação de recursos	**(65.722)**	**(1.017)**
Debêntures emitidas	(65.722)	(1.017)
Resultado financeiro líquido da atividade	**5.461**	**177**
(-) Provisão para devedores duvidosos	(5.231)	-
Resultado da atividade	230	-
Receitas (despesas) operacionais		
Custos da operação repassados ao emissor	(230)	(177)
Total de (despesas) receitas operacionais	**(230)**	**(177)**
Resultado fiduciário	-	-

22.3. Caixa e equivalentes de caixa: Uma vez cumprida a destinação dos recursos provenientes da emissão, os fluxos de caixa provenientes do recebimento dos recebíveis de crédito a ela vinculados, seguem a Ordem de Aplicação de Recursos na forma da cláusula 5.6 da escritura de emissão de debêntures, que deve ser permanentemente obedecida pela emissora e pelos debenturistas. Em 31 de dezembro de 2020, os recursos excedentes estavam assim aplicados:

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos	-	641
Títulos e valores Mobiliários	47.313	9.509
CDB - Certificados de Depósito Bancário	4.896	502
Fundo Soberano FICFI (i)	42.417	9.007
(-) Valores provisionados para fundo de despesas	-	(334)
Total	**47.313**	**9.814**

(i) Fundo Itau Soberano RF Simples LP FICFI, é um fundo classificado como fundo de renda fixa simples administrado pelo Banco Itau Unibanco S.A., no qual a Companhia detém quotas, com disponibilidade imediata de resgate, utilizado para aplicação de recursos excedentes que serão utilizados para novas aquisições de recebíveis. **22.4. Recebíveis de crédito adquiridos:** Estão representados por recebíveis de crédito, sob a forma de empréstimos pessoais concedidos a indivíduos titulares de benefício de aposentadoria ou pensão do Regime Geral de Previdência Social, com amortização mensal mediante desconto direto nos benefícios aos quais os beneficiários tem direito (também denominados como crédito consignado). Os referidos créditos são adquiridos diretamente de instituição financeira originadora, sem coobrigação e sem direito de regresso, e em regime de vinculação fiduciária às debêntures emitidas no mesmo período, e formam a garantia real da emissão. As provisões constituídas, no montante de R$ 2.028, refletem integralmente o saldo devedor de contratos que estão com parcelas vencidas há mais de 180 dias, e são consideradas adequadas às operações vencidas na carteira de recebíveis, e refletem as perdas esperadas nas operações. **22.5. Outros ativos:** Referem-se a valores de ressarcimentos de custos de originação a serem recebidos no mês subsequente, por conta de antecipação na liquidação de contratos, no montante de R$ 993 (em 2019, R$ 178) . **22.6. Obrigações por debêntures emitidas:** Em 18 de outubro de 2019, em AGE - Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram pela aprovação da realização da Emissão e da Oferta Restrita de debêntures, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, com valor total de R$ 1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), em 3 (três) séries, em montantes já delimitados, com garantia real da totalidade dos direitos creditórios e quaisquer outros valores a que a Companhia faça jus, nos termos da escritura. As emissões, ao valor unitário de R$ 1 (hum mil reais), ocorre à medida em que ficam disponíveis para cessão os direitos creditórios descritos na nota nº 5, os quais ficam fiduciariamente vinculados às debêntures, com os seguintes vencimentos:

	Quantidade Total	Vencimento	Remuneração	Valor Integralizado	Valor em 31/12/2020
Debêntures Primeira Série	1.260.000	15/06/2026	CDI + 2%	156.044	779.451
Debêntures Segunda Série	238.800	15/08/2030	CDI + 10%	28.524	183.402
Debêntures Terceira Série	1.200	15/08/2030	Participativa	1.200	23.309
Total	**1.500.000**			**185.768**	**986.162**

Os pagamentos de remuneração, amortização e resgate das debêntures, conforme aplicáveis, são mensais no dia 15 de cada mês calendário e iniciam-se 8 (oito) meses contados da Data de Emissão (carência). Além dos valores das obrigações assumidas pela emissão das debêntures, a rubrica registra os custos incorridos na estruturação e emissão das debêntures necessárias à atividade social principal da Companhia, os quais são apropriados no prazo de emissão, que representam o montante de R$ 12.067 (Em 2019, R$ 2.443) na data do balanço. Desta forma, o saldo de obrigações por emissão de debêntures está assim demonstrado em 31 de dezembro de 2020:

	31/12/2020	31/12/2019
Debêntures emitidas	986.162	186.759
Custos de transação	(12.067)	(2.443)
Total	**974.095**	**184.316**

22.7. Receita de créditos vinculados adquiridos: As receitas são formadas pelo montante de juros apropriados pro-rata sobre cada um dos contratos que compõe a carteira de recebíveis no período, tomando-se por base o método de juros efetivos, que corresponde à taxa de retorno (fluxo descontado) obtida no momento de cada aquisição, deduzidos dos custos vinculados à arrecadação dos recebíveis, os quais são suportados pelos fluxos de caixa decorrentes do recebimento dos créditos. A liquidação antecipada de contratos produz redução nas receitas, por serem descontados à taxa contratual, vis a vis a taxa da cessão, sendo a diferença deduzida das receitas a cada operação de antecipação. Do mesmo modo, quando a liquidação antecipada decorre de portabilidade do crédito, a Companhia reconhece no resultado por regime de competência os valores dos ressarcimentos dos custos operacionais, em contrapartida ao ativo.

	De 01/01/2020 a 31/12/2020	De 01/01/2019 a 31/12/2019
Receitas de juros apropriados no período	66.310	1.605
Receita de multa por refinanciamento de contratos	29.142	-
Ressarcimento de custos de originação	4.599	178
Resultado da liquidação antecipação de contratos	(11.781)	(311)
Gestão de recebíveis - terceiros	(17.682)	(278)
Total	**70.588**	**1.194**

22.8. Custos de captação de recursos: Decorrem do reconhecimento das taxas de remuneração, juros e correção monetária, sobre a primeira e segunda séries de debêntures, e da apropriação da remuneração participativa da terceira série, conforme descritos na nota 8, acrescidos dos custos de transação que são apropriados no prazo de fluência das emissões.

	De 01/01/2020 a 31/12/2020	De 01/01/2019 a 31/12/2019
Despesas com juros e apropriação participativa	(60.518)	(990)
Custos de transação	(5.204)	(27)
Total	**(65.722)**	**(1.017)**

22.9. Despesas administrativas: Referem-se aos custos da estrutura de securitização repassados à emissora no no período.

23. Efeitos da pandemia COVID-19: Apesar dos efeitos do COVID-19 estarem sendo apurados e ainda serem incertos, a Companhia informa que possui infraestrutura financeira e tecnológica para realizar suas atividades, antecipou em contingência o trabalho remoto dos colaboradores envolvidos no controle das atividades de forma a não interromper a continuidade dos negócios, e está monitorando as ações de contenção da propagação do vírus e tomando todas as medidas necessárias. Nesse contexto, a Companhia ressalta que, até o momento, não ocorreram impactos relevantes ou materiais em seus negócios, relacionados ao COVID-19 ou a qualquer outro evento subsequente, que justificassem a alteração das demonstrações financeiras.

24. Eventos subsequentes: A administração efetuou a análise dos eventos subsequentes e não identificou assuntos que gerassem impacto nas demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2020.

A DIRETORIA

Sérgio Ferraz dos Santos - Contador - CRC 1SP 179881/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pátria Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos são tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras. Não existem principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 31 de março de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC 1SP-259915/O-0

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 29/03/2022 17:20

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/03/29/SECURITIZADORA.1561297729032022.pdf
Hash:1648498801c48d8e06c5de4a209573812d15914b0a